

PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES

ÁREA: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CURSOS: ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA

HISTÓRICO

A Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESu/MEC) designou, em março de 1998, uma Comissão de Especialistas de Ensino de Ciência da Informação, com a incumbência de elaborar diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia a serem ministrados no País.

Neste trabalho foram levadas em consideração as sugestões enviadas pelas Instituições de Ensino Superior – IES em atendimento ao Edital (SESu/MEC) nº 4, de 10 de dezembro de 1997, bem como as disposições da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do Parecer (Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação/MEC) nº 776, de 3 de dezembro de 1997, e da legislação privativa das três profissões. Uma versão preliminar das diretrizes da área, divulgada em setembro de 1998, recebeu críticas e contribuições das entidades representativas da Biblioteconomia, especialmente da Associação Brasileira do Ensino de Biblioteconomia e Documentação – ABEED, da Associação Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia – ANCIB e do Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB, cujas propostas foram aqui incorporadas. O mesmo ocorreu com os subsídios oferecidos, posteriormente, por consultores *ad hoc* das áreas de Arquivologia e Museologia.

JUSTIFICATIVA

O entendimento da *Ciência da Informação* como campo de estudo que abarca todos os fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações, nas diferentes áreas do conhecimento, foi objeto das discussões iniciais da Comissão. Em que medida os três cursos esgotam campo tão abrangente? Até que ponto partilham, em condições de relativa igualdade, suas características básicas? O sentido pretensamente aglutinador da chamada *Ciência da Informação* daria conta das especificidades da Arquivologia, da Biblioteconomia e, em particular, da Museologia? O termo é mais controvertido do que aquele formulado por Otlet quando, ao propor *Documentação* como conceito aplicável a diferentes organismos (centros e serviços de bibliografia e documentação, bibliotecas, arquivos históricos, arquivos administrativos e museus), acabou por promover, sobretudo entre

bibliotecários e documentalistas, uma inesperada e tensa demarcação de territórios profissionais e modalidades de formação.

Longe de oferecer respostas às inúmeras questões que povoam a literatura sobre o tema ou de alimentar o nominalismo que em grande parte a caracteriza, a Comissão admitiu a afinidade entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia: em primeiro lugar, a partir de seu objeto comum, a informação registrada, acatadas as respectivas formas de vê-la, processá-la e utilizá-la, consoante diferentes tradições e marcos teóricos; e, em segundo, como disciplinas instituidoras de ambientes de mediação entre acervos (“estoques” informacionais) e necessidades do usuário, acentuando uma ou outra extremidade da relação. Considerou também oportuno recomendar, nessa abordagem, uma real e produtiva ação multidisciplinar, como indicado no item “Tópicos de estudo”. Não se trata apenas de encontrar matérias comuns, numa perspectiva de economia e racionalidade curricular, como proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO em 1974, em seu projeto de harmonização, mas de permitir a fertilização mútua no trato com questões cuja complexidade e amplitude são, via de regra, insuficientemente resolvidas no âmbito de uma única disciplina. O pressuposto é que o trabalho conceitual sugerido pela convivência com problemas plurifacetados resulte em desafio para as ortodoxias e em estímulo para novas pesquisas, reforçando, em lugar de dissolvê-las, as diferentes identidades profissionais em pauta.

Quaisquer que sejam as fórmulas plurais – *Ciência(s) da Informação, Ciências Documentárias, Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento, Gestão da Memória, Gestão do Patrimônio Cultural etc.* – encontradas pelas IES para oferecer os cursos aqui considerados, é preciso justificar conceitualmente os mecanismos de sua articulação com a área, levando em conta a existência de um patamar que priorize a interlocução com disciplinas afins.

Fixando-se nas carreiras tradicionais, que formam o arquivista, o bibliotecário e o museólogo, a Comissão admite também outras possibilidades para as IES, dependendo do perfil institucional desejado e das demandas sociais existentes:

- 1) criar ênfases específicas para cada uma das carreiras, justapondo à denominação básica do profissional os termos que identifiquem as modalidades adotadas (a medida supõe, sempre que necessárias, parcerias com diferentes cursos, caso em que as carreiras aqui consideradas assumem o caráter de formação complementar a conhecimentos sedimentados em outras áreas);
- 2) introduzir carreiras novas que mantenham afinidade conceitual com a área;
- 3) propor, numa perspectiva mais radical e atenta à flexibilidade que hoje se exige do profissional, o próprio bacharelado na área, com a conseqüente transformação das carreiras tradicionais em habilitações e com o processo de verticalização deslocado para estudos pós-graduados.

PERFIL DO EGRESSO

Independentemente das parcerias, especializações e currículos adotados, a formação do profissional supõe o desenvolvimento de habilidades específicas, a formação de espírito crítico e o domínio das práticas essenciais de produção e difusão do conhecimento na área. Só assim o egresso estará em condições de suprir demandas relativas ao seu campo de atuação, trabalhando em arquivos, bibliotecas, centros de documentação, centros de memória, museus, órgãos de gestão do patrimônio cultural e instituições congêneres como espaços onde se praticam a reflexão, a pesquisa e a produção de conhecimento.

De acordo com os projetos acadêmicos dos cursos e sua organização curricular, poderão ser acentuadas determinadas características do egresso que, sem prejuízo do desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e procedimentos básicos, componham perfis específicos.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Utilizar as metalinguagens pertinentes;
- Demarcar campos específicos e integrar conteúdos de áreas correlatas em uma perspectiva multidisciplinar;
- Produzir e divulgar conhecimentos;
- Gerar produtos resultantes dos conhecimentos adquiridos;
- Desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados;
- Processar documentos, quaisquer que sejam os suportes, linguagens e formatos, de acordo com as teorias, paradigmas, métodos e técnicas da área;
- Gerenciar instituições, serviços e sistemas de documentação e informação;
- Desenvolver ações expositivas, visando a extroversão dos acervos sob sua responsabilidade;
- Desenvolver ações pedagógicas voltadas tanto para a melhoria do desempenho profissional, como para a ampliação do conhecimento em geral;
- Realizar atividades profissionais autônomas de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres;
- Responder às demandas sociais determinadas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo;
- Refletir criticamente sobre sua prática profissional.

ATITUDES E PROCEDIMENTOS

- Sensibilidade para a necessidade informacional de usuários reais e potenciais;
- Flexibilidade e capacidade de adaptação;
- Curiosidade intelectual e postura investigativa para continuar aprendendo;
- Criatividade;
- Senso crítico;
- Rigor e precisão;

- Capacidade de trabalhar em equipes profissionais;
- Respeito à ética e aos aspectos legais da profissão;
- Espírito associativo.

TÓPICOS DE ESTUDO

Conteúdos básicos

Os conteúdos básicos da área dividem-se em matérias comuns aos três cursos e em matérias de domínio específico:

1. Matérias comuns

1.1 A construção do conhecimento

Epistemologia. Metodologia da pesquisa. Heurística.

1.2 O estatuto do documento

Produção de evidência *versus* atribuição de sentido. A informação orgânica e a inorgânica. As unidades físicas de referência: documento, peça, série, coleção, arquivo e acervo (cartorial e operacional). As unidades intelectuais de referência: assunto e função. O documento como indício, prova e testemunho.

1.3 O fluxo documental: da gênese ao acesso

Produtores e usuários da informação (mediações e interfaces). A contextualização como ferramenta. Seleção / avaliação. Representação e comutação: polissemia e monossemia.

1.4 As instituições

Funções pragmáticas, cognitivas, estéticas e vivenciais. Gestão, custódia, conservação, depósito legal e curadoria. Patrimônio, memória, herança, cultura.

2. Matérias específicas

ARQUIVOLOGIA	BIBLIOTECONOMIA	MUSEOLOGIA
<p>Fundamentos teóricos da Arquivologia: História dos arquivos e da Arquivologia. As interfaces da Arquivologia com o Direito, a Administração e a História. Os princípios de proveniência, organicidade, unicidade e integridade. Ciclo vital dos documentos: teoria das três idades. Funções arquivísticas: produção, avaliação,</p>	<p>Fundamentos teóricos da Biblioteconomia: História das bibliotecas e da Biblioteconomia. O papel e a missão do bibliotecário na sociedade. As etapas de geração, tratamento, difusão, recepção e uso da informação. As interfaces da Biblioteconomia com as demais ciências. Bases legais e éticas da profissão.</p>	<p>Fundamentos teóricos da Museologia: História dos museus e da Museologia. Teoria museológica. A Semiologia aplicada ao museu. Colecionismo e novas formas de musealização. Funções científicas, educativas e sociais. As interfaces da Museologia com as demais ciências. Bases legais e éticas</p>

<p>classificação, descrição, conservação e difusão. Bases legais e éticas da profissão.</p> <p>A gênese documental: O contexto de produção dos documentos de arquivo. Modalidades redacionais antigas e contemporâneas: Paleografia e Diplomática. Caracteres extrínsecos dos documentos: categoria, gênero, espécie, tipo, sinais de validação, forma, formato e suporte. Recebimento, registro, distribuição e tramitação.</p> <p>Avaliação: Valores primários e secundários. Elaboração de tabelas de temporalidade e destinação de documentos: guarda temporária, guarda permanente e eliminação. Diagnóstico de arquivos.</p> <p>Processamento técnico: Caracteres intrínsecos dos documentos: proveniência, função e teor. Análise documentária. Classificação e ordenação: fundos, grupos e séries. Descrição e elaboração de instrumentos de pesquisa: guias, inventários, catálogos, índices e edição de textos. Conservação: acondicionamento, armazenamento, preservação e restauração. Tecnologias da informação aplicadas aos arquivos.</p> <p>Políticas de arquivo: Jurisdição e acesso. Programas de difusão. Estratégias institucionais de gestão e custódia de arquivos. Compatibilização da informação: sistemas e redes. A utilização do documento de arquivo pelo produtor, pelo pesquisador e pelo cidadão.</p>	<p>Organização e tratamento da informação: Descrição física e temática da informação e do conhecimento. Aplicação de códigos, normas e formatos disponíveis. Uso da informática nos serviços de informação. Desenvolvimento e gestão de bancos de dados, bases de dados e bibliotecas digitais. Metodologia de análise e avaliação de sistemas de informação. Automação de unidades de informação.</p> <p>Recursos e serviços de informação: Fundamentos, princípios, processos e instrumentos do serviço de referência: seleção, aquisição, avaliação, descarte, preservação, conservação e restauração de recursos de informação. Normas para desenvolvimento de coleções. Fontes de informação impressas, eletrônicas e digitais: conceitos, tipologia, acesso, utilização e avaliação. Estudo e educação de usuários. A indústria da informação: geração, produção e comercialização de documentos, fontes e serviços de informação. Serviços de referência e informação. Serviços de extensão e ação cultural.</p> <p>Gestão de unidades e serviços de informação: Princípios e evolução da administração e da teoria organizacional. Funções da administração: planejamento, organização, execução, controle, mensuração e avaliação. Gestão de <i>marketing</i>, de recursos humanos, de recursos financeiros, de recursos físicos, de produção e de</p>	<p>da profissão.</p> <p>Documentação: Aquisição, registro, classificação, indexação e inventário de acervo. Pesquisa de identificação e contextualização. Sistemas de recuperação de informações. Tecnologias da informação aplicadas aos museus.</p> <p>Conservação: Guarda, acondicionamento e transporte. Estudo de materiais. Condições ambientais. Conservação preventiva. Operações de intervenção.</p> <p>Comunicação: A linguagem dos objetos e sua decodificação. Comunicação visual e exposições. Recursos cenográficos. Da fruição contemplativa à argumentativa: observação, apreciação, participação, interação. Ação educativa e ação cultural. Monitoria. Projetos editoriais: as publicações no museu. Redes e sistemas museológicos.</p> <p>Gestão de programas e serviços em museus: Planejamento, organização, execução, controle, avaliação. Gestão de recursos humanos, financeiros, físicos, de produção e materiais.</p>
--	--	---

	materiais. Qualidade aplicada ao contexto das unidades e serviços de informação.	
--	--	--

Conteúdos diversificados

No caso de as IES adotarem fórmulas pluridisciplinares – seja para promover ênfases específicas em determinados aspectos das carreiras, seja para transformá-las em complementação dos conhecimentos auferidos em outras –, é preciso prever as articulações possíveis com os cursos afins, dentro e fora da instituição.

Quanto aos cursos seqüenciais, podem apresentar diferentes níveis de abrangência. O acesso a eles é estabelecido pelas próprias IES e não implica a realização do mesmo processo seletivo empregado para as carreiras convencionais. Devem ser mais curtos e ágeis, conferindo certificado de nível superior aos que os concluem e habilitando-os a ingressar no mercado de trabalho para o exercício de determinadas profissões ainda não formalmente reconhecidas.

DURAÇÃO DOS CURSOS

Os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia deverão ter uma carga horária mínima de 2400 horas, incluídas as dedicadas a estágios e atividades complementares.

ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, os estágios são desenvolvidos no interior dos programas do curso, com intensidade variável segundo a natureza das matérias, sob a responsabilidade imediata de cada docente. Constituem instrumentos privilegiados para associar desempenho e conteúdo de forma sistemática e permanente. A carga horária destinada a estágios deve corresponder, no mínimo, a 10% da carga total de cada curso.

Recomenda-se ainda o desenvolvimento de atividades complementares de monitoria, pesquisa, participação em seminários e congressos, visitas programadas, trabalhos de conclusão de curso e outras atividades acadêmicas e culturais, igualmente orientadas por docentes (de preferência em regime de tutoria), com vistas à paulatina autonomia intelectual do aluno.

As IES devem garantir espaço para o processo de auto-formação, em que o aluno, devidamente orientado, elabora seu perfil específico, aprofundando-se em conteúdos para os quais se sente vocacionado e adquirindo as habilidades instrumentais que lhe faltam para um bom desempenho profissional.

ESTRUTURA GERAL DOS CURSOS

Estrutura modular

Os conteúdos curriculares deverão ser desenvolvidos com o máximo de flexibilidade, de modo a permitir aos alunos a aquisição de competências e habilidades e a corresponder a seus interesses específicos. Os Projetos Pedagógicos das IES definirão, nesse sentido, as modalidades de seriação, o sistema de créditos e pré-requisitos, as matérias opcionais, as combinações que permitem habilitações específicas e os cursos seqüenciais, dimensionando, entre outros aspectos, a articulação da teoria e da prática, o sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem e as interfaces dos cursos com a pós-graduação e com o mercado de trabalho.

Tamanho da turma

As turmas deverão ter, no máximo, 40 alunos.

Corpo Docente

Em virtude de seu caráter profissional, os cursos exigem, na composição do corpo docente, uma preponderância de pessoal com titulação específica na área, tanto quanto possível em nível de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), respeitando as proporções indicadas na legislação em vigor.

Conexão com a avaliação institucional

Todo processo de avaliação implica, a partir de objetivos pré-estabelecidos, a mensuração dos resultados obtidos, em função dos meios disponibilizados. Deste modo, variáveis como qualificação, titulação, regime de trabalho, infra-estrutura de pesquisa etc., que são de responsabilidade das IES e de seus mantenedores, devem ser referenciais para todo e qualquer processo de avaliação.

As IES adotarão formas alternativas de avaliação que favoreçam a verificação de: a) desempenho técnico-científico (clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, pertinência, inter-relações e domínio de conteúdos, questionamentos, síntese, soluções alternativas); b) desempenho didático-pedagógico (cumprimento de objetivos, integração de conteúdos, procedimentos metodológicos e material de apoio); c) desempenho de aspectos atitudinais (participação, assiduidade, ética, criatividade etc.).

As avaliações serão realizadas de acordo com a periodicidade do curso, competindo às IES a escolha de métodos e técnicas que priorizem aspectos qualitativos. Cabe-lhes ainda acompanhar o rendimento dos discentes ao longo do

curso, com o intuito de descobrir as razões do baixo desempenho e/ou da evasão escolar.

Avaliações Periódicas

As avaliações têm como foco a melhoria contínua das atividades docentes e discentes, contemplando, a par do desempenho acadêmico, a produção científica, os serviços de extensão à comunidade e a melhoria contínua dos processos de apoio administrativo às atividades acadêmicas. Tais avaliações deverão tomar por base dados e indicadores específicos, mediante instrumentos que meçam a formação dos estudantes tanto em termos de conhecimentos teóricos, como práticos.

Padrões de Qualidade

Visando ao padrão de qualidade dos Cursos, estes deverão estar atentos para:

- a) a articulação de seus projetos pedagógicos com o projeto global das IES em que estão inseridos;
- b) a qualificação permanente do corpo docente;
- c) a manutenção da excelência acadêmica e a criação de estrutura de acompanhamento do egresso, no sentido de verificar sua inserção profissional;
- d) a constante melhoria das condições estruturais dos Cursos no que se refere a bibliotecas, laboratórios de ensino e pesquisa e serviços de treinamento e aperfeiçoamento profissional;
- e) o incentivo à produção docente e discente;
- f) a instituição de intercâmbio entre os diferentes programas de formação no Brasil e no exterior, mediante o estabelecimento de parcerias com outras entidades;
- g) a promoção de programas de divulgação profissional e de educação continuada em diferentes níveis (extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação *lato e stricto sensu*).

Interface dos cursos com a pós-graduação

É condição fundamental para o desenvolvimento desta proposta a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que deverá ser garantida pelas instituições não só pela infra-estrutura material e de pessoal, mas sobretudo pela constituição de ambientes que envolvam alunos de graduação, pós-graduandos e profissionais da área num processo de reflexão crítica e troca de experiências, permitindo a interlocução entre a universidade e a sociedade.

As IES devem, nesse sentido:

- a) estimular a disseminação e divulgação da produção científica da graduação e da pós-graduação nos diferentes meios de comunicação;

- b) promover seminários, debates, fóruns, oficinas, grupos de pesquisas e outras atividades que integrem os dois níveis;
- c) assegurar a participação de mestrandos nas atividades da graduação e de graduandos nas atividades da pós-graduação, visando intercâmbio de experiências e informações;
- d) incentivar a discussão dos conteúdos de ambos os cursos, de modo a identificar pontos comuns e a aprofundar conhecimentos.